

A PAISAGEM COMO ELEMENTO DA IDENTIDADE E RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO¹

Zoran Roca

zoran.roca@ulusofona.pt

José António Oliveira

jantol@netcabo.pt

CEGED – Centro de Estudos de Geografia e Desenvolvimento
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

Introdução

O carácter único de cada lugar e região é o reflexo da disponibilidade de recursos materiais e imateriais e da integração em sistemas e redes, aos níveis global e local, tais como, entre outros, os ciclos naturais e os sistemas sociais, os recursos naturais e humanos, o capital físico e social, os modos de produção, distribuição e consumo e os fluxos de informação e comunicação. Os recursos naturais e sociais, sistemas e redes, podem diferenciar-se entre fixos e fluxos espaciais, estando os primeiros “literalmente fixados no, e sobre o terreno sob uma dada forma física, por um período de tempo relativamente longo” e/ou “tornado geograficamente imóvel” (Harvey, 2003:15, *in* Arrighi, 2003:3)², enquanto os segundos estão fisicamente soltos, móveis ou fluidos, horizontal e verticalmente (Santos, 1994)³. As mudanças nos fixos e fluxos espaciais provocadas pela prevalência, local e global, de agentes “hegemónicos ou anti-hegemónicos” (Harner, 2001) e de forças de “natureza amigável ou hostil” (Santos, 1994), reflectem-se numa constante (re/de)geração do carácter único dos lugares e regiões, em última instância reconhecíveis pelas suas identidades territoriais, seja em termos da tradição, da modernidade, ou das duas em conjunto (Haesbaert, 1997).

As paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As suas características, tanto naturais como culturais, constituem-se como os ingredientes essenciais que emergem das formas de registo baseadas na observação. Os elementos que formam a paisagem podem determinar o nosso “sentido de lugar” (Massey, 1995; Rose, 1995), ou diferenciar territorialmente as nossas percepções e emoções, já que “a paisagem cultural é a nossa autobiografia inconsciente, pois ela reflecte, de uma forma tangível, os nossos gostos, aspirações e temores” (Rubinstein 1999: 23, citando Pierce Lewis). As qualidades ou características naturais e culturais associadas à paisagem podem

¹ Esta comunicação apresenta alguns resultados preliminares do projecto “IDENTERRA – Identidade Territorial no Desenvolvimento Regional e Local: A Região Oeste (FCT/SAPIENS- POCTI/GEO/48266/2002).

² Para uma avaliação crítica da perspectiva de Harvey relativamente aos “fixos e fluxos espaciais”, consultar Jessop, 2004.

³ Para uma ampla discussão sobre “fluxos espaciais”, ver Haesbaert, 1997.

informar-nos, tanto sobre eventuais ameaças que esta esteja a sofrer, como sobre as oportunidades que podem ser aproveitadas para a (re)afirmação dos elementos identitários dos lugares e regiões, tais como os contextos biofísico, sociocultural ou socioeconómico. Em suma, “a paisagem é o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar [e] ... é tanto uma representação (um ideal que revela sentido) como uma existência material (a realidade das condições vividas)” (Mitchell, 1991; Harner, 2001: 660).

As características únicas da paisagem e outras relacionadas com a identidade territorial vão desaparecendo consoante os lugares e as regiões vão sendo de forma crescente, tanto económica como culturalmente, afectadas por fenómenos de “desterritorialização” e “multiterritorialidade” (Barel, 1986), “reterritorialização” (Haesebaert, 1997) e “glocalização” (Benko, 2000), bem assim como pela “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 2002), ou ainda pelo “fim dos territórios” (Badie, 1995). No entanto, pesem embora (ou como reacção a esses fenómenos), os efeitos homogeneizadores da globalização, marcados por crescentes assimetrias entre o local e o global à custa do primeiro, as identidades territoriais de muitos lugares e regiões são ainda extremamente importantes como fontes imediatas de conforto, de auto-reconhecimento, de auto-estima e de esperança num futuro melhor, não apenas para grupos sociais ou económicos e outros agentes que já perderam ou nunca participaram na batalha do local/global (Castells, 2003, 74), mas também, especialmente, para aqueles que acreditam que a integração global e o reconhecimento e/ou valorização das especificidades naturais e sociais locais, são realmente necessárias e desejáveis (Albino, 1997).

As preocupações sobre a questão da transformação da paisagem como componente da identidade territorial e da sustentabilidade na era actual de globalização económica e cultural, ganhou maior relevância na última década, tanto ao nível da investigação sobre as problemáticas do desenvolvimento, como ao nível das agendas políticas⁴, sobretudo quando aquelas preocupações têm por objecto as áreas rurais, periféricas e em processo de desvitalização social e económica da Europa⁵. Em Portugal, por exemplo, não há programa de política de desenvolvimento local ou regional ou projecto que não discuta o facto da perda de identidade territorial, tais como a degradação da paisagem, a perda de população ou a debilitação da economia tradicional, ser uma consequência da posição cada vez mais enfraquecida, marginalização e/ou exclusão dos lugares e regiões face a uma realidade em que os recursos e os sistemas e redes estão crescentemente globalizados. Para além disso,

⁴ A importância e o significado da diversidade e autonomia do desenvolvimento local e regional num contexto de globalização foram fortemente discutidos no seio das ciências sociais e humanas durante a década de 90. Por exemplo, pode ver-se: Agnew, 2000; Haartsen et al., 2000; Massey and Jess, 1995; Amin and Thrift, 1994; Hadjimikalis 1994; Massey, 1991.

⁵ Relativamente ao isolamento e perifericidade das regiões europeias, um dos argumentos mais utilizados é o de que um aumento da competitividade dos lugares e das regiões num contexto de globalização dos mercados de bens, serviços e ideias, pode ser decisivo para “a engenharia do desenvolvimento local” (Cosgrove, 1998; Commission européenne, 1994) sustentável.

tem sido reiterado que as regiões mais isoladas necessitam de combater os efeitos negativos da globalização e fazer um esforço para atrair os efeitos positivos desta, com especial atenção para a protecção, fortalecimento e reafirmação das identidades territoriais, de modo a contribuir para o aumento da competitividade da economia e cultura locais ou regionais, num contexto de mundialização dos mercados de bens, serviços e ideias.

Porém, em Portugal, o discurso sobre a identidade territorial não tem sido acompanhado pela prática: a degradação e destruição das paisagens naturais e culturais e outras características da identidade territorial tem sido mais frequente e a uma escala muito maior do que os esforços conducentes à sua protecção e valorização.⁶ A conflitualidade de interesses tendo por referência o território e a assimetria das relações de poder entre as esferas pública e privada, os pequenos e grandes produtores e os agentes locais e globais relacionados com a mudança ambiental, social, económica e cultural, contribuíram para minar seriamente as perspectivas de desenvolvimento sustentável aos níveis local e regional.

Nesta comunicação pretendemos contribuir para a discussão em torno do desfasamento entre o discurso (a retórica) e a prática pró-identitária, partindo do princípio de que este desfasamento é o resultado da falta de um modelo conceptual e metodológico que possa ajudar à transformação, ou tradução, das preocupações com a paisagem e outros elementos da identidade territorial, em políticas, e respectivos instrumentos, de desenvolvimento regional. Esta limitação, segundo pensamos, pode ser ultrapassada se se proceder a uma transformação do conceito de identidade territorial numa categoria analítica.

O discurso pró-identidade e o desenvolvimento territorial: um debate conceptual e metodológico

Porque é que existe um desfasamento tão grande entre o discurso pró-identidade e a realidade das assimetrias local/global na (re)produção e consumo dos fixos e fluxos espaciais e, em última instância, das características da identidade territorial? As razões são muitas, mas pensamos que existem duas incontornáveis: em primeiro lugar, a diversidade de sentidos que pode atribuir-se à noção de identidade territorial e, conseqüentemente, a ambigüidade das interpretações acerca do seu significado para o desenvolvimento local e regional; em segundo lugar, a prevalência de abordagens do desenvolvimento local e regional do tipo “de cima para baixo” e, por isso, a falta de conhecimento, ou a não consciencialização, sobre o papel dos actores e agentes de desenvolvimento na

⁶ Por alguma razão, sintomaticamente, o vocabulário português foi enriquecido com o termo *descaracterização*, perfeitamente definidor daquilo que se tornou mais que notório ao nível das paisagens naturais e culturais da maior parte do País: a perda, o desperdício, o abuso, o desprezo, etc. do e pelo autêntico, o típico, o único, o directamente identificável, em suma, as características identitárias que podemos associar aos lugares e às regiões (Roca, 2004).

(re/de)geração das identidades territoriais.

A ambiguidade de sentidos

A diversidade de sentidos que pode ser atribuída à noção de identidade territorial é vasta, variando entre as referências genéricas acerca do carácter “único” dos lugares ou das regiões, a sua “singularidade”, a sua “especificidade” e/ou a sua “autenticidade”⁷, até às sugestões mais sofisticadas acerca da “tradição e modernidade”, “extroversão e introversão”, “isolado ou em rede”, aplicadas a lugares ou regiões que beneficiam, ou não, de “capacidades ou potenciais” e “(des)vantagens comparativas”, no sentido de poderem ganhar ou perder com as interdependências entre o local e o global. No entanto, apesar desta “mistura” de possíveis sentidos, a identidade territorial é frequentemente entendida como uma panaceia para a promoção do desenvolvimento sustentável, a nível local ou regional, na era da globalização da economia e da cultura.

Em Portugal, o discurso pró-identidade tem um lugar proeminente no preâmbulo do Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006, com o argumento de que a “harmonização entre modernidade e tradição implica, no plano territorial e geoestratégico, a necessidade de combinar a generalização da vivência cosmopolita com a valorização da identidade colectiva” (MP, 1999, Capítulo III: 9), facto que está em concordância com a filosofia geral que enquadra a política de desenvolvimento da União Europeia para as regiões mais atrasadas, com destaque para as predominantemente rurais.

Por exemplo, os objectivos do LEADER II, Programa de Iniciativa Comunitária que foi amplamente realizado nas áreas rurais de Portugal durante os anos 90, eram sobretudo baseados na ideia da valorização dos “potenciais locais dos territórios” e na “riqueza do património local e regional” e, por forma a garantir a elegibilidade aos apoios financeiros da UE, todas as iniciativas de desenvolvimento local tiveram de incorporar o fomento da “consciencialização da população acerca da identidade territorial e prosperidade” (DGDR, 1997: 218-219).

Na mesma linha de pensamento, a 1ª Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social, realizada em Serpa no ano de 1995, aprovou uma “declaração final” que, parafraseando, relevou a importância da valorização da identidade cultural e protecção ambiental como instrumentos fundamentais para a criação de novas actividades, criação de emprego e fixação e atracção de pessoas (CEDLCS, 1995: 4). Do mesmo modo, ao nível dos encontros, feiras e outros eventos, relacionados com a promoção do desenvolvimento

⁷ Nos discursos académicos e políticos, a identidade dos lugares e das regiões é frequentemente e aprioristicamente associada à esfera sociocultural e, de forma menos frequente, com os recursos naturais e as características ambientais e, ainda mais raramente, com as política e economia locais, mas nunca de uma forma integrada, isto é, juntando todas as esferas e sectores da vida económica e social. Rose (1995) contribuiu de forma significativa para a clarificação das complexidades inerentes à interpretação do conceito de identidade territorial.

local, tem sido vincada a importância da “valorização da identidade cultural”, da “auto-estima local”, do “fortalecimento da diversidade local”, do “encorajar do sentido de comunidade”, da “mobilização da cidadania activa local” e da importância do “desenvolvimento descentralizado” (Animar, 1998), bem assim como recomendada a necessidade de “reafirmação das identidades locais em todas as suas dimensões”, de modo a “combater a exclusão e a massificação gerada pela globalização” (Animar, 2001).

Porém, quando os elementos da identidade territorial são um *mix* complexo de novos e antigos fixos e fluxos, e não sendo estes verificáveis factualmente, como poderão os decisores políticos e outros agentes da mudança socioeconómica determinar exactamente qual o elemento que precisa de ser “fortalecido”, “preservado” e “diversificado”, ou mesmo tornado “mais competitivo”, por forma a que se torne relevante para o desenvolvimento? Quais as referências quantiquantitativas (*benchmarks*) que podem ser usadas para avaliar e monitorizar, por exemplo, as transformações nas paisagens naturais e culturais e outros elementos materiais e imateriais da identidade, de modo a distinguir, comparar ou prever o “desejável” por oposição ao “indesejável”, tendo por referência os objectivos de desenvolvimento local ou regional? E, mesmo que se identifique a natureza dos problemas de desenvolvimento local em causa e das necessidades para a alteração ou não da identidade territorial, quem podem ser os legítimos “guardiães” desta? Isto é, quais as instituições ou indivíduos capazes, e acima de tudo legitimamente responsáveis, para enfrentar as forças (des)favoráveis da globalização ao nível local?

Estas questões estão no centro das restrições conceptuais e metodológicas que podem fazer a ponte entre o discurso pró-identidade e a realidade. As dificuldades em responder-lhes são ainda mais evidentes quando se verifica que os discursos e desejos pró-identitários se ficam pelas declarações introdutórias e não estão presentes nos conteúdos mais operativos dos planos e programas de desenvolvimento, tanto ao níveis da estratégia, como dos projectos.

Em síntese, a necessidade de acarinhar e promover a identidade tem sido aceite como uma *conditio sine qua non* para o desenvolvimento económico e social sustentáveis de Portugal, ou, como Albino sugere, “a identidade deve ser operacionalizada como um recurso de desenvolvimento... [e a] ...estratégia do desenvolvimento local deve basear-se na análise da tipicidade ancestral como meio de encorajar a evolução de novas inovações a nível local” (1997: 113). O verdadeiro desafio é, assim, o de encontrar caminhos e meios para a integração funcional (i.e., em termos práticos e não apenas conceptuais) das preocupações relacionadas com a identidade nas iniciativas de desenvolvimento local e regional.

As subavaliações macroscópicas

Pensamos existirem duas limitações conceptuais e analíticas que precisam de ser

esclarecidas relativamente à controvérsia entre o discurso pró-identidade e o desenvolvimento regional e local já que, quando se trata de analisar e interpretar as consequências da globalização à escala local prevalece uma perspectiva macroscópica, ou do tipo de “cima para baixo”, ao mesmo tempo que não se valoriza uma abordagem qualitativa, do tipo “grassroots”, dos aspectos relacionados com o ambiente natural, com a economia, com a cultura, em suma, com os domínios que directa ou indirectamente afectam aquele mesmo processo de desenvolvimento.

A segunda limitação deriva da primeira e tem a haver com a “actual subestimação da bibliografia sobre o nexos local-global no que respeita ao papel das pessoas e das suas organizações enquanto agentes sociais que interferem com a mudança” (Hadjimichalis, 1994: 249). De facto, não tem sido feito um grande esforço para alterar o rumo de uma tendência de interpretação do crescimento económico e das mudanças sociais, culturais e políticas e de outras esferas da vida em sociedade, que privilegia uma perspectiva a partir dos sistemas e instituições, e que ignora o facto de que cada quadro institucional é gerido ou usado por agentes individuais de onde deriva, consequentemente, que todas as percepções, interpretações e actividades que afectam a identidade territorial são, necessariamente, subjectivas. Porém, deve ter-se presente que os objectivos de desenvolvimento e os meios para os atingir são também altamente subjectivos e, acima de tudo, que o “desenvolvimento é mais do que crescimento económico: é a realização do pleno potencial dos recursos de um lugar, sendo o mais importante as pessoas. Para que as pessoas atinjam o seu pleno potencial, elas mesmas devem saber quem são e quais as possibilidades de futuro que podem encarar” (Harner, 2001: 678). Elas devem ter uma forte identidade com as suas comunidades e os seus lugares. Neste contexto, a questão sobre “de que identidade ou identidades estamos a falar e quem determina a identidade regional de uma área” (Groote et al., 2000: 2), deve ser melhor esclarecida. Para que isto seja possível é preciso aprofundar e confirmar empiricamente o conhecimento sobre a “importância dos lugares como quadros da existência social e económica com importância para a geração das identidades, conflitos e estratégias de natureza, tanto local, como global” (Amin and Thrift 1994: 9), ou, por outras palavras, a identidade territorial tem de ser operacionalizada e, para isso, a sua construção ou corpo conceptual tem de derivar para uma categoria analítica.

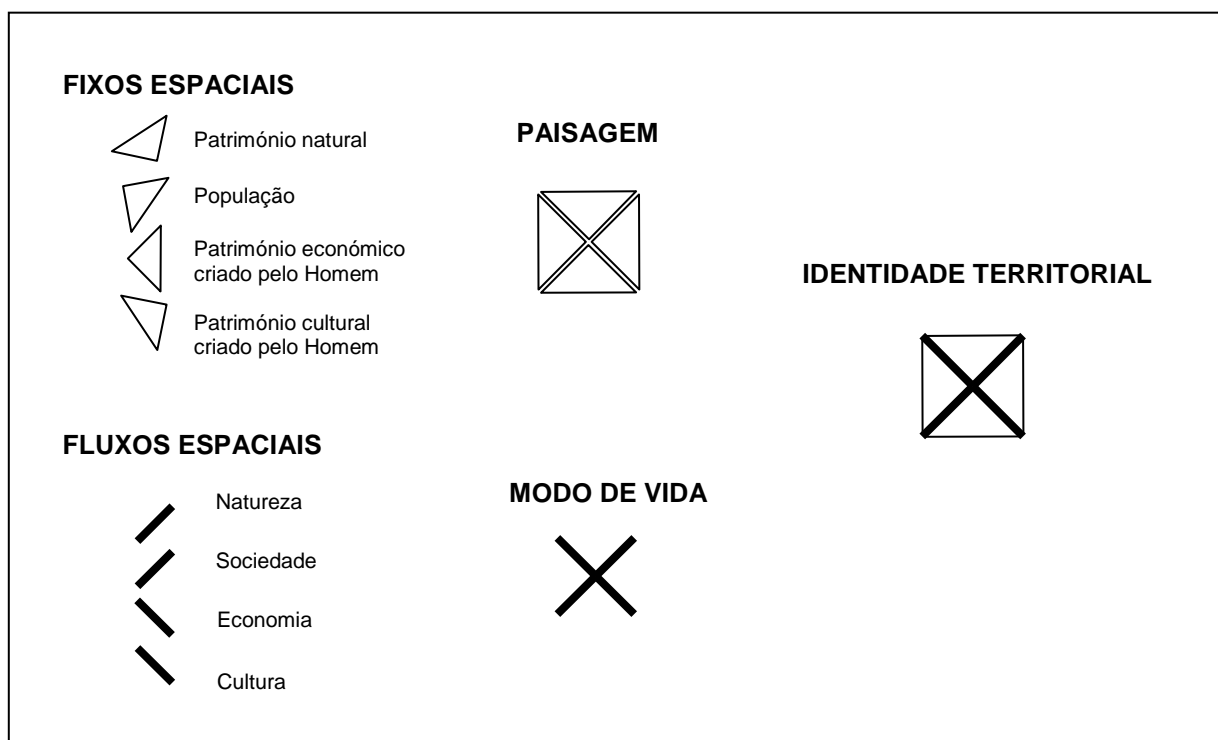
O modelo IDENTERRA

O desafio de transformar o conceito de identidade territorial numa categoria analítica tem duas vertentes: (i) por um lado, é necessário conceber um modelo conceptual e metodológico para o estudo da identidade dos lugares e das regiões como recurso de desenvolvimento e, por outro lado, (ii) é necessário identificar métodos e técnicas que

permitam registar e avaliar comprovações empíricas da mudança dos elementos da identidade num contexto de relações de poder entre os agentes de desenvolvimento. O modelo conceptual e metodológico que designámos por IDENTERRA, constitui-se como um contributo para o esclarecimento destas duas vertentes, ou seja, um contributo para o estudo da identidade territorial enquanto recurso fundamental para o desenvolvimento sustentável. De acordo com este modelo, a primeira etapa diz respeito à desagregação de conceitos chave – “identidade territorial” e “nexo global/local” – decompondo-os em distintas dimensões e componentes mensuráveis. A etapa seguinte corresponde à integração das perspectivas de abordagem do desenvolvimento, sejam do tipo “top-down” ou “bottom-up”, tendo por base as complementaridades existentes entre métodos e técnicas de investigação do tipo macroscópico (trabalho de gabinete) e de observação directa no terreno (trabalho de campo). De seguida apresentam-se os fundamentos do modelo IDENTERRA.

Uma proposta de desagregação do conceito de “identidade territorial”

A “identidade territorial” pode ser entendida como um conjunto de fixos e fluxos espaciais que caracteriza uma dada unidade territorial, tal como um lugar ou uma região.



Os fixos espaciais são definidos como a população, o património natural, o património económico e o património cultural, estes dois últimos criados pelo Homem, enraizados e ancorados numa unidade territorial, onde:

- o “património natural” inclui todos os elementos e objectos que constituem o ambiente natural (atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera) numa unidade territorial;

- a “população” abrange a distribuição espacial e as estruturas (biológica, social, económica e cultural) de todos os indivíduos que estão permanentemente ou temporariamente presentes numa unidade territorial;
- o “património económico criado pelo Homem” corresponde a todos os objectos do ambiente criado (i.e., a natureza modificada e o ambiente construído) cujo objectivo é a produção, distribuição e/ou consumo de bens e serviços tangíveis (i. e., aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas físicas) numa unidade territorial;
- o “património cultural criado pelo Homem” corresponde a todos os objectos do ambiente criado (i.e., a natureza modificada e o ambiente construído) cujo objectivo é a produção, distribuição e/ou consumo dos bens e serviços intangíveis (i. e., aqueles relacionados com a satisfação das necessidades humanas espirituais) numa unidade territorial.

Conjuntos de fixos espaciais constituem paisagens naturais (primárias ou modificadas, preservadas ou degradadas, etc.) e culturais (agrícola, industrial, rural, urbana, mista, etc.). Servindo de suporte à integração dos fixos com os fluxos espaciais, as paisagens podem ser consideradas como “guardiães” e testemunhas da (re)produção e/ou consumo das identidades territoriais, materiais e imateriais.

Os fluxos espaciais são entendidos como actividades, relações e significados dentro de redes e sistemas horizontais (territoriais) e verticais (funcionais) que determinam a Natureza, a Sociedade, a Economia e a Cultura. Conjuntos de fluxos espaciais determinam modos de vida específicos, entendidos aqui como padrões de utilização e gestão dos fixos espaciais no âmbito das redes e sistemas horizontais e verticais da Natureza, Sociedade, Economia e Cultura.

Consequentemente, as identidades territoriais são determinadas pela especificidade duma área geográfica em termos das características da sua paisagem e dos seus modos de vida.

Defender que os elementos da identidade territorial se reflectem nas paisagens e nos modos de vida apenas é parcialmente verdade, já que outra importante dimensão é a sua imagem. “A paisagem é a representação e a realidade, é o símbolo e a forma, tanto a imagem como as genuínas condições vividas. A representação da paisagem – o ideal que pretende tornar naturais as relações de poder – põe em confronto a realidade do mundo material num lugar específico” (Harner, 2001: 663). A mesma paisagem e os mesmos modos de vida têm diferentes significados para diferentes pessoas e as suas mudanças reflectem a diversidade das suas representações e das suas principais relações entre consumidores e (re)produtores, tanto locais como globais. Consequentemente, o modelo IDENTERRA propõe que devem ser distinguidas duas dimensões fundamentais da identidade territorial

tendo em conta a investigação sobre as questões do desenvolvimento e respectivas políticas e intervenções: (i) a identidade objectiva, verificável e inegável; e (ii) a identidade subjectiva, percebida, interpretada e/ou imaginada.

A identidade territorial objectiva é constituída por “fixos e fluxos espaciais”, visíveis ou invisíveis, tanto de ordem material como imaterial. Todos eles são registáveis e verificáveis através de dados e imagens das características das paisagens naturais ou culturais, incluindo registos de geo-símbolos, símbolos metonímicos e sinais mnemónicos, no caso dos fixos e, no caso dos fluxos, de características e actividades de ordem bio-geo-física, socioeconómica, cultural, tecnológica, política e outras que podem definir os modos de vida das populações.

A identidade territorial subjectiva pode ser estudada do ponto de vista de dois grandes conjuntos de fixos e fluxos espaciais: (i) os que são vividos ou experimentados e (ii) aqueles que são pretendidos (mentalmente desejados). Para além disso, os fixos e fluxos espaciais, pretendidos ou experimentados, da identidade territorial subjectiva podem ser avaliados do ponto de vista das diferenças sobre o sentido de lugar e das relações de poder entre diferentes agentes de desenvolvimento (Haesbaert 1997; Haartsen et al., 2000a; Harner, 2001). Neste contexto, o modelo IDENTERRA enfatiza o problema da distinção entre a identidade territorial experimentada (praticada ou vivida), e a pretendida (reivindicada ou desejada).

Uma proposta de desagregação do “nexo local/global” e do processo de globalização

O modelo IDENTERRA pretende estudar o porquê e o como “grupos em competição continuamente disputam a morfologia e o simbolismo dominantes e, por isso, reformulam o espaço físico e social” (Harper 2001: 663), ou, por outras palavras, qual o papel dos actores e agentes de desenvolvimento no que respeita a processos sociais, económicos e culturais que têm impactes na paisagem e nos modos de vida, tais como, por exemplo:

- destruição e artificialização do ambiente natural;
- “glocalização” e “desterritorialização” das actividades económicas;
- “glocalização” e “desterritorialização” da cultura;
- mobilidade social e espacial do capital humano (migração e circulação);
- inovação tecnológica no sector produtivo, informação, comunicação e telemática;
- urbanização, desurbanização (“rurbanização”) e peri-urbanização;
- cosmopolitismo, anti-traditionalismo, fundamentalismo dos modos de vida;
- outros processos que ocorrem nonexo local/global.

O nexo local/global é desagregado, em primeiro lugar, entre os principais fixos e fluxos globalmente condicionados, tais como os sistemas, redes ou recursos de tipo ambiental,

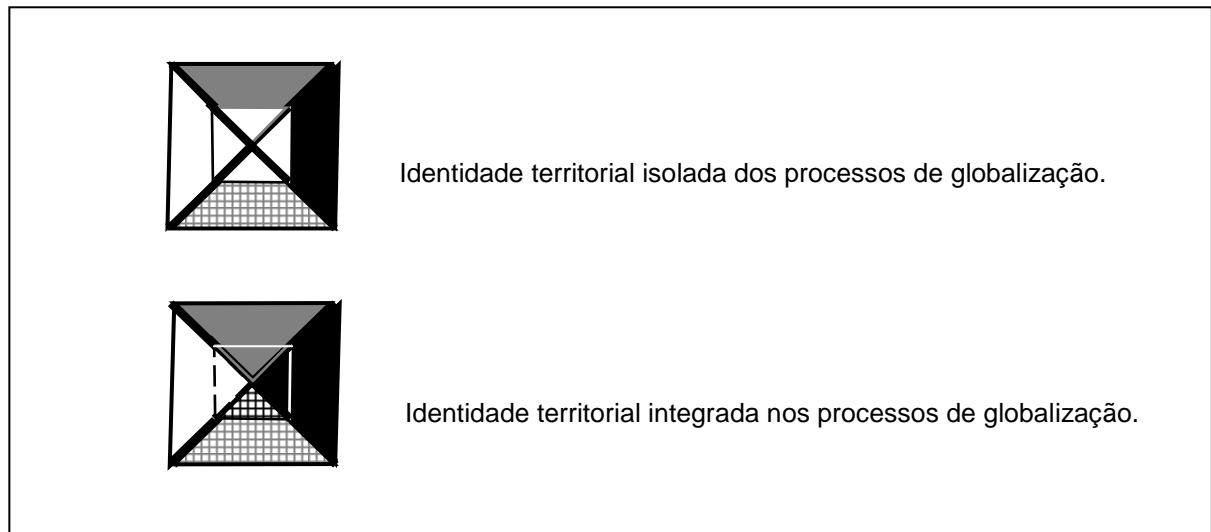
económico, social e cultural e, em segundo lugar, em efeitos detectáveis e mensuráveis da globalização sobre as paisagens e os modos de vida (em termos das características, objectivas e subjectivas, da identidade)⁸.

Globalização e ...	Tipo de efeitos
ambiente natural local	– destruição vs. conservação dos recursos naturais e da paisagem;
	– degradação vs. recuperação dos recursos naturais e da paisagem;
	– descaracterização vs. revalorização dos recursos naturais e/ou da paisagem;
	– conflitos vs. sinergias entre a gestão da economia e dos recursos naturais;
	– ausência vs. aumento da competitividade dos recursos naturais e da paisagem;
	– outros.
sociedade local	– inovação social vs. estagnação;
	– segregação/marginalização/exclusão vs. coesão/integração/inclusão;
	– défice vs. promoção do conhecimento e das qualificações;
	– atitude de dependência vs. espírito empreendedor;
	– envelhecimento da população vs. rejuvenescimento;
	– consumismo vs. consciência ambiental;
	– crises sociais vs. sinergias;
– outros.	
economia local	– estagnação vs. crescimento;
	– tradicionais vs. meios de produção modernos;
	– ausência vs. diversificação de actividades e de produtos;
	– falta vs. adopção de inovações e empreendedorismo;
	– falta vs. acesso a mercados externos;
	– falta vs. acesso a investimentos externos;
	– dependência externa vs. auto-suficiência;
– outros.	
cultura local	– descaracterização vs. preservação das paisagens culturais;
	– homogeneização e padronização vs. diversificação e revitalização;
	– xenofobia vs. multiculturalidade;
	– tradicionalismo vs. modernidade;
	– localismo vs. cosmopolitanismo;
	– mimetismo vs. criatividade;
	– isolamento vs. estabelecimento de redes com a diáspora;
– outros.	

Teoricamente, por um lado, a globalização pode não ter efeitos em qualquer um dos aspectos da identidade territorial (sendo isto o reflexo de um isolamento total de tais lugares ou regiões face ao resto do mundo) e, por outro, todos esses mesmos aspectos podem ser totalmente absorvidos (eliminados) pelos efeitos uniformizadores da globalização. O modelo IDENTERRA pretende identificar o papel dos actores e agentes individuais e institucionais relativamente ao isolamento ou à integração dos lugares e regiões em termos ambientais, económicos, sociais e culturais, e identificar os efeitos de tais processos sobre as paisagens

⁸ Para além dos efeitos da globalização sobre o ambiente natural, a economia, a sociedade e a cultura locais, o modelo IDENTERRA está também aberto ao estudo de outros processos que influenciam onexo local/global. Por exemplo, no contexto português, consideramos importante explorar os efeitos da globalização sobre as políticas locais e a governança, tais como: centralização vs. descentralização, autoritarismo vs. participação; isolamento vs. integração intra e interregional, dependência vs. independência relativamente a financiamentos externos, individualismo vs. consolidação da sociedade civil, espírito de dependência vs. fortalecimento local e regional.

e modos de vida locais.



A desagregação do “nexo local/global” deverá facilitar o reconhecimento e a avaliação da tradição *versus* a modernidade (ou, “post” e “neo” modernidade) tendo por referência as características da identidade relacionadas com a paisagem e os modos de vida, isto é, o balanço entre as bolsas que ainda restam de características económicas e culturais da identidade ainda endogenamente controladas e aquelas que são emergentes e cada vez mais se sobrepõem no território, completamente integradas e globalizadas em hierarquias culturais e económicas (Haesbaert, 1997: 42).

Operacionalizando as preocupações com a identidade e o desenvolvimento: toponímia e atractividade territorial

A relevância potencial do modelo IDENTERRA reside na possibilidade de operacionalizar o conceito de identidade territorial nas políticas de desenvolvimento territorial. Por exemplo, a busca de comprovação empírica sobre as mudanças dos elementos da identidade territorial relacionados com a paisagem e os modos de vida, podem revelar diferentes níveis de toponímia, “o elo emocional entre uma pessoa e um lugar ou envolvente física” (Tuan, 1982. p. 149 in Haesbaert 1997, 37), isto é, o sentimento de pertença a um lugar ou região de origem, de residência, de trabalho ou de lazer. Alguns tipos de toponímia podem ser estrategicamente importantes para encorajar ou desencorajar a coesão ou a divergência entre as forças endógenas e exógenas, existentes ou potenciais (e.g., investidores imobiliários, empresários transnacionais, etc.), relativamente à valorização económica dos elementos do património natural ou cultural.

Tendo presente que os lugares e as regiões são o espaço imediato de vida para muitas pessoas e actividades das mais variadas instituições, as políticas de desenvolvimento que

têm por objectivo promover a (re)afirmação das identidades locais e regionais devem reforçar a topofilia entre os actores e agentes de desenvolvimento, tanto individuais como institucionais, como forma de os tornar localmente responsabilizados por:

- a promoção da consciencialização ambiental e sociocultural;
- a protecção do património, materializado nas paisagens naturais e culturais;
- o encorajamento de relações sociais construtivas e de um espírito comunitário e,
- o fortalecimento da auto-estima e o sentimento de segurança económica e cultural.

Os agentes de desenvolvimento local e regional podem activamente promover a topofilia na base do conhecimento empiricamente comprovado e na compreensão de como as pessoas definem e interpretam o espaço da sua residência, actividade ou lazer e como elas próprias se identificam com esse espaço ou como elas gostariam de o mudar, etc.. Tendo por base este conhecimento, o poder local ou central, as escolas, as associações e outros agentes preocupados com os efeitos globais sobre o ambiente natural, economia e cultura locais, poderiam criar regras, incentivos e actividades aos níveis local e regional que poderiam sustentar:

- a democratização da protecção/afirmação das paisagens naturais e culturais;
- a gestão integrada das intervenções sobre as paisagens naturais e culturais tendo em vista o desenvolvimento;
- a geo-referenciação das alterações verificadas sobre as paisagens naturais e culturais induzidas por factores locais ou globais e,
- a mobilização de capacidades institucionais ou individuais para a (re)valorização das paisagens naturais e culturais.

Temos todas as razões para acreditar que para além dos efeitos benéficos derivados da coesão entre as “forças” locais e regionais, um forte sentido de topofilia entre os actores e agentes de desenvolvimento individuais e institucionais poderão favorecer a compatibilização com as “forças” globalizadas no processo de (re)valorização das identidades territoriais. Dado que a topofilia reflecte bem o nível de satisfação das pessoas com os vários parâmetros da qualidade de vida sobre um dado território (de carácter ambiental, económico, cultural e político, entre outros), então será de esperar que um mais forte sentido de pertença territorial poderá ser complementar ao fortalecimento do poder de atracção dos lugares e das regiões.

De facto, a avaliação da “atractividade dos lugares”⁹ pode ser outro resultado bastante útil do modelo IDENTERRA. O conhecimento e a promoção da atractividade dos lugares pode ser muito importante para o planeamento do desenvolvimento local e regional, nomeadamente pela formulação de projectos em áreas periféricas ou rurais que enfrentam

⁹ Cf. NMF, 2003, para uma detalhada e empiricamente fundamentada discussão sobre as questões da “atractividade dos lugares”.

problemas gravíssimos de fixação de actividades económicas e de inovação social, tendo por base a sustentabilidade dos recursos humanos (Roca, 2000; 2004). As estratégias de desenvolvimento territorial baseadas em inovações nas esferas da produção, trocas e consumo de bens, serviços e ideias, deverão estimular a capacidade dos lugares e regiões no sentido do fortalecimento da sustentabilidade dos seus recursos humanos (desenvolvimento do capital humano), com especial ênfase na atracção ou retenção de profissionais qualificados (Weiss, 1995; Laroche, 2001: 5; OECD, 2001). A capacidade de satisfação de cada vez mais sofisticados critérios de qualidade de vida que tendem a favorecer a autenticidade local e a rejeitar as tendências de homogeneização globalizante, dependerão do “magnetismo” de um dado território em termos de, por exemplo: (i) a *atractividade natural* (espaços abertos, ar e água puros, espaços verdes, praias e rios, oportunidades de recreio e lazer, etc.); (ii) a *atractividade estrutural* (habitação de qualidade, bons serviços de educação e de saúde, comércio tradicional, restaurantes típicos, diversidade cultural, espaços comunitários, etc.); (iii) a *atractividade social* (forte liderança política local, eficácia e eficiência das práticas do poder local e das instituições do terceiro sector, atmosfera de paz social, segurança e cooperação, etc.); e, por fim, (iv) a *atractividade económica* (oportunidades de emprego e bons níveis de empregabilidade, disponibilidade de capital financeiro, incentivos que favoreçam o espírito empreendedor e a inovação social, etc.) (NMF, 2003: 18-19).

Os responsáveis políticos e outros agentes económicos, sociais e culturais, com destaque para aqueles que se preocupam com a gestão e o planeamento territorial, poderão utilizar o modelo IDENTERRA para explorar os contrastes entre os elementos da identidade territorial, objectiva e subjectiva, relacionados com a paisagem e os modos de vida, tendo em vista: (i) a avaliação dos critérios de medida da qualidade de vida e dos níveis de satisfação dos técnicos qualificados, enquanto residentes efectivos ou potenciais; (ii) identificar os elementos e factores da atractividade territorial existentes, de ordem natural, estrutural, social ou económica, que possam precisar de sustentabilidade ou manutenção; (iii) detectar os elementos e factores da atractividade territorial que estão em desaparecimento e que, por isso, necessitem de reafirmação, avaliando a sua relevância, tanto presente como futura; (iv) definir potenciais, tanto endógenos como exógenos, para introduzir elementos e factores da atractividade territorial e estimular a sua constituição.

Conclusão

A operacionalização do conceito de identidade territorial pode ajudar ao fortalecimento das sinergias já existentes, e explorar outras novas, entre o estudo da paisagem e as questões do desenvolvimento territorial. Colmatar o vazio entre o discurso pró-identidade e a prática do desenvolvimento não será possível sem um conhecimento detalhado das mudanças dos

elementos da paisagem e, por sua vez, as mudanças na paisagem podem ganhar relevância social quando estudadas e interpretadas na perspectiva das mudanças registadas nos fluxos e fixos espaciais que, quanto a nós, determinam o interface entre a identidade territorial e o desenvolvimento. Por isso, pensamos ser necessária uma alteração radical do paradigma conceptual e metodológico que, presentemente, domina os estudos sobre a identidade territorial e o desenvolvimento: os métodos de investigação, técnicas e fontes de dados de tipo macroscópico, têm de ser complementados e funcionalmente integrados com aqueles que pertencem às abordagens, igualmente importantes, do tipo “bottom-up” ou “grassroots”. Por sua vez, isto permitirá dar a devida atenção à identificação e avaliação das relações de poder entre os actores e agentes de desenvolvimento (locais e globais, recentes e antigos, etc.), o que é central nos estudos da (re/de)generação das identidades territoriais materializadas nas paisagens. Por outras palavras, os estudos sobre a paisagem poderiam ser alargados tendo em conta os elementos e factores de mudança nas dimensões objectivas (factuais, indiscutíveis, confirmáveis) da identidade territorial.

Os estudos sobre a paisagem são também importantes para a identificação e avaliação da dimensão subjectiva (percebida, interpretada, imaginada) da identidade territorial. Tanto a identidade territorial subjectiva experimentada como a pretendida, sobretudo ancoradas nas qualidades da paisagem, são o reflexo do sentido de lugar e pertença territorial dos actores e agentes de desenvolvimento.

A aplicação do modelo IDENTERRA pode contribuir para uma nova interpretação, empírica e transdisciplinar, sobre as “paisagens como parte da cultura hegemónica” (Cosgrove, 1983), sobre “os fluxos globalizados e a reterritorialização” (Haesbaert, 1997), sobre a identidade coerente e o equilíbrio entre realidade e representação da paisagem” (Harner, 2001), acerca das diferenças entre regiões “sobre” e “da mente” (Agnew, 1999), sobre as “identidades mutáveis dos actores económicos” (Yeung, 2003), ou acerca da “construção de identidades locais quando o mundo é demasiado grande para ser controlado e os actores sociais o transformam numa dimensão mais compreensível” (Castells, 2003). De um outro ponto de vista mais prático, os estudos sobre a paisagem relacionados com a identidade territorial como um recurso de desenvolvimento, podem considerar-se essenciais nas actividades de planeamento do desenvolvimento local e regional.

Bibliografia

- Agnew, J. (1999) Regions on the Mind does not Equal Regions of the Mind. *Progress in Human Geography*, 23 (1). pp.101-110.
- Albino, C. (1997) *Desenvolver Desenvolvendo - Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*. Messejana: ESDIME C.R.L.
- Amin, A. and Thrift, N. (1994) Living in the Global. In Amin, A., Thrift, N. (eds.) *Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

- pp.1-22. Animar (1998) *Declaração de Amarante: Desenvolvimento local - uma Oportunidade de Futuro*. Amarante: Animar/Manifesta '98.
- Animar (2001) *Declaração de Tavira*. Tavira/Faro: Animar/Manifesta 2001/In Loco.
- Arrighi, G. (2003) *Spatial and Other "Fixes" of Historical Capitalism*. At <http://www.irows.ucr.edu/conferences/globgis/papers/Arrighi.htm>
- Badie, B. (1995) *La fin des territoires*. Paris: Fayard,
- Barel, Y. (1986) Le social et ses territoires. In: Auriac E.; Brunet, R. (Coord.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard-Diderot.
- Benko, G (2000) La recomposition des espaces. *Agir - Revue général de stratégie*. Nº.5, pp.11-18.
- Castells, M. (2003) *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CEDLCS (1995) *Declaração de Serpa*. Serpa: Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Local e Coesão Social.
- Cosgrove, D. E. (1983) Towards a Radical Cultural Geography: Problems of Theory. *Antipode* 15. pp.1-11.
- Cosgrove, D. E. (1998) Cultural Landscapes. In Unwin, T. (ed.) *A European Geography*. Harlow: Addison Wesley Longman Ltd. pp.65-81.
- DGDR (1997) *Novas Políticas Europeias e Desenvolvimento Rural em Portugal*. Lisbon: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR)
- Groote, P.; Huigen, P.P.P; Haartsen, T. (2000) Claiming Rural Identities. In: Haartsen et al. *Claiming Rural Identities*. Assen: Van Gorcum, pp.1-7.
- Haartsen, T., Groote, P., Huigen, P.P.P. (2000) *Claiming Rural Identities*. Assen: Van Gorcum.
- Haartsen, T., Groote, P., Huigen, P.P.P. (2000a) Whose Nature? Ownership and Representations of Nature in the Netherlands. Conference CURE 3, *Cultural Uniqueness and Regional Economy*, Leeuwarden, Nov. 2000.
- Hadjimichalis, C. (1994) Global-Local Conflicts: Examples from Southern Europe. In Amin, A. and Thrift, N. (eds.) *Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe*. Oxford University Press. pp. 237-256.
- Haesbaert, R. (1997). *Dês-territorialização e Identidade: a Rede "Gaúcha" no Nordeste*. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Harner, John (2001) Place Identity and Copper Mining in Sonora, Mexico. *Annals of the Association of American Geographers*, 91 (4), pp. 660-680.
- Harvey, D. (2003) *The New Imperialism*. Oxford. Oxford University Press.
- Jessop, B. (2004) Spatial Fixes, Temporal Fixes and Spatio-Temporal Fixes. Department of Sociology, Lancaster University, Lancaster LA1 4YL, UK at http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/jessop_spatio-temporal-fixes.pfd.
- Laroche, M.; Mérette, M.; Ruggeri, G.C. (2001) *On the Concept and Dimension of Human Capital in a Knowledge-Based Economy Context*. At http://collection.nlc-bnc.ca/100/2000/301/finance/working_papero-ef/1998/1998-01/98-ole.pdf
- Massey, D. (1991) *A Global Sense of Place*. Open University, D103 Block6. *The Making of the Regions*, pp.12-51, Milton Keynes, Open University Press.
- Massey, D. (1995) Imagining the World. In Allen J. and Massey, D. (eds.) *Geographical Worlds*, Oxford: Oxford University Press/The Open University.
- Massey, D. and Jess, P. (eds.) (1995) *A Place in the World? Places, Cultures and Globalisation*. Oxford: Oxford University Press/The Open University.
- Mitchell, D.(1991) *The Lie of the Land: Migrant Workers and the California Landscape*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- MP (1999) *Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006*. Lisboa: Ministério do Planeamento (MP).
- NMF (2003) Quality of Place in Rural Minnesota. In *Developing Community Assets - 2003*

- Annual Report to the Community. The Northwest Minnesota Foundation (NMF). At http://www.nwmf.org/QofP_full1.pdf.
- OECD (2001) *The Well-Being of Nations: the Role of Human and Social Capital*, Paris: OECD
- Roca, M.N.O. (2000) EU Policies and Development Stakeholders at the Local Level: The Case of the Lima Valley, Northern Portugal. *Conference "European Rural Policy at the Crossroads"*. Aberdeen: Arkleton Centre for Rural Development, Univ. of Aberdeen. At <http://www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/papers/roca-m.doc>.
- Roca, M.N.O. (2004) The New European Frontiers and Human Capital. *4th Annual Conference "New Frontiers for Europe"*, Viessman Research Centre on Modern Europe and the School of Economics of the Universidade Nova de Lisboa, Lisbon, May 31 – June 1, 2004, pp.19.
- Roca, Z. (2004) "Affirmation of Regional Identity between Rhetoric and Reality: Evidence from Portugal". In: *Outstanding Regions – Exploring Quality in a Competitive World*, Leeuwarden: Fryskje Akademy, pp. 24-49 (in print).
- Rose, G. (1995) Place and Identity: A Sense of Place. In Massey, Doreen and Jess, Pat (eds.) *A Place in the World? Places, Cultures and Globalisation*. Oxford: Oxford University Press/The Open University. pp. 87-132
- Santos, M. *et al* (ed.) (1994) *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec
- Tuan, Y.F. (1983) *Espaço & Lugar: a Perspectiva da Experiência*. São Paulo: Difel.
- Weiss, A. (1995) Human Capital vs. Signalling Explanations of Wages. *Journal of Economic Perspectives*, 9 (4). pp. 133-154.
- Yeung, H.W. (2003) Practicing New Economic Geographies: A Methodological Examination. *Annals of the Association of American Geographers*, 93 (2). pp. 442-462.